



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo: 08031204720198180140

CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE CARLOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

A parte autora requereu administrativamente indenização à ré, sendo realizada pericia a qual apurou lesão em órgão e estrutura retro-peritonal com repercussão média (50%), efetuando o pagamento no valor de R\$6.750,00:

PARECER DE PERÍCIA MÉDICA**DADOS DO SINISTRO**

Número: 3180558945

Cidade: Altos

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: JOSE CARLOS SANTOS

Data do acidente: 14/01/2018

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

PARECER**Diagnóstico:** TRAUMA ABDOMINAL FECHADO.**Descrição do exame médico pericial:** VÍTIMA EM USO DE BOLSA DE COLOSTOMIA À ESQUERDA, COM TRÂNSITO INTESTINAL INTENSO, DOR TIPO CÓLICAS, FREQUENTES.**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO COM IMPLANTE DE BOLSA DE COLOSTOMIA, NEFRECTOMIA ESQUERDA, COLOSTOMIA, COLORRAFIA E ENTERORRAFIA.**Sequelas permanentes:** Nefrectomia esquerda**Sequelas:** Com sequela**Data da perícia:** 06/12/2018**Conduta mantida:****Observações:** REALIZADA RETIRADA DE TUMOR DE JEJUNO

Nota do revisor: o tumor retirado não é de causa traumática, de modo que não foi estabelecida indenização para o quadro digestório relatado.

Procedida avaliação médica na cidade de Teresina.

Médico examinador: Ismar Aguiar Marques Filho**CRM do médico:** 3165**UF do CRM do médico:** PI**DANOS**

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Lesões de órgãos e estruturas retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	100 %	Em grau médio - 50 %	50%	R\$ 6.750,00
Total			50 %	R\$ 6.750,00

BANCO DO BRASIL**COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA****FORMA DE PAGAMENTO:** CREDITO CONTA CORRENTE**CLIENTE:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**BANCO:** 001**AGÊNCIA:** 1769-8**CONTA:** 000000611000-2**DATA DA TRANSFERENCIA:**

12/12/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:**VALOR TOTAL:**

6.750,00

*******TRANSFERIDO PARA:****CLIENTE:** JOSE CARLOS SANTOS**BANCO:** 104**AGÊNCIA:** 03808**CONTA:** 000000017373-0**Nr. da Autenticação** D4A6EE0F4C5D1B46

Após o deferimento da produção de perícia judicial médica, foi elaborado laudo pericial apurando a mesma lesão antes detectada pela ré em sede administrativa, todavia, agora com repercussão maior.

O ilustre perito afirma que a parte autora possui lesão em órgão e estrutura retro-peritonal com repercussão média (50%).

Ressalta-se a discrepância entre as avaliações médicas. Administrativamente, foi apurada lesão em órgão e estrutura retro-peritonal com repercussão média (50%) e no presente laudo judicial a lesão com repercussão intensa (75%), uma diferença gradual de 25%.

Desta forma não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Outrossim, na hipótese de condenação, salienta a ré que o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

TERESINA, 8 de janeiro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI